



AUTONOMIA DOS AÇORES

★★★★★★★★
50 ANOS DE HISTÓRIA



AUTONOMIA DOS AÇORES

★★★★★★★★★
50 ANOS DE HISTÓRIA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

AUTONOMIA DOS AÇORES
50 Anos de História

EDIÇÃO

Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

COORDENAÇÃO

Susana Goulart Costa
Luís Bastos

DESIGN GRÁFICO | PAGINAÇÃO

Jaime Serra

IMPRESSÃO

Nova Gráfica, Lda.

2026

DEPÓSITO LEGAL

569588/26

ISBN

978-972-96577-7-1

Todos os textos
são da exclusiva responsabilidade
dos respetivos autores.



3. AS SEMANAS DE ESTUDO DOS AÇORES NA PROTO-HISTÓRIA DA AUTONOMIA REGIONAL

JOSÉ LUÍS BRANDÃO DA LUZ⁶¹

Mais de cinquenta anos após o início das Semanas de Estudo dos Açores⁶², organizadas pelo Instituto Açoriano de Cultura, em 1961, Artur da Cunha Oliveira lembrou o legado do invulgar acontecimento, enaltecendo o esforço de «congregar os agentes culturais dispersos

61 Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. Investigador integrado do Centro de Estudos Humanísticos.

62 De início denominavam-se por Semanas de Estudos e só a partir da quarta edição passaram a Semanas de Estudo. Cunha Oliveira assinala esta alteração, em «Um testemunho» (cf. nota 63), e explica-a, em entrevista que então concedeu, com a necessidade de sublinhar o carácter processual dos trabalhos, que não deveriam ser tomados como definitivos, mas abertos a ulteriores aprofundamentos (cf. Ruy-Guilherme de Moraes, *Correio dos Açores*, 22 de setembro de 1966). Usaremos, em geral, a denominação Semanas de Estudo, conservando o plural “estudos” para as referências bibliográficas e transcrição de declarações dos autores.

nos Açores e levá-los a pensar e a cultivar espírito crítico». Simultaneamente, fez sobressair o seu alto propósito de «criar nos Açores a consciência de unidade regional, que não existia e se mostrava indispensável ao progresso e à própria defesa»⁶³. A iniciativa, que envolveu a elite açoriana e conheceu cinco edições, foi assim recordada como tendo constituído uma plataforma de análise e debate da realidade Açores, com o intuito de ponderar possíveis caminhos do seu desenvolvimento. Mas propunha-se também olhar as ilhas de forma integrada, e não como parcelas agrupadas em três distritos que se ignoravam. O modelo inspirador encontrava-se na estrutura unitária da diocese, que os mentores das Semanas de Estudo, todos inicialmente docentes do Seminário de Angra, viviam e conheciam por experiência própria. Compreende-se, pois, que o projeto se não tivesse circunscrito nem ao Instituto Açoriano de Cultura que o concebeu, nem à ilha onde o mesmo se encontrava estabelecido.

1. O ERGUER DE UM PROJETO

As Semanas de Estudo dos Açores ocorreram com regularidade, de 1961 até 1966⁶⁴, e foram enquadradas numa estratégia de cooptação de personalidades de relevo das três cidades então existentes no Arquipélago. Parte delas encontrava-se integrada nos respetivos institutos culturais, que davam cobertura e publicavam os trabalhos de investigação que os seus associados realizavam; outra parte pertencia aos serviços centrais das Juntas Gerais dos Distritos, que então detinham a competência para intervir em todas as áreas da vida económica e social das ilhas, designadamente na agricultura, na indústria, nas pescas, nos transportes, estendendo-se também à educação, à saúde, à assistência social, entre outros domínios. Uma outra parte, ainda, era constituída por profissionais liberais, médicos, advogados, além de proprietários, comerciantes e industriais. Os quadros superiores da Região, como mais tarde se passou a denominar, encontravam-se, na sua maioria, nos estabelecimentos de ensino, secundário e complementar, e eram o principal sustentáculo da produção investigativa dos institutos e das iniciativas culturais das cidades. Os outros pertenciam aos serviços técnicos e administrativos

63 OLIVEIRA, A. da Cunha — «As Semanas de Estudo dos Açores — Um testemunho». *Povos e Culturas*. Número especial: «Os Católicos e o 25 de Abril». Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, CEPCEP, 2014, p. 282.

64 Além da primeira Semana de Estudo dos Açores, que se realizou em Ponta Delgada, de 3 a 8 de Abril de 1961 e teve por tema “Diálogo entre Intelectuais Açorianos”, realizaram-se ainda as seguintes: a segunda, em Angra do Heroísmo, de 3 a 10 de Abril de 1963, com o tema “Sob o Signo da Unidade”; a terceira, na Horta, de 19 a 25 de Março de 1964, com o tema “Sob o Signo da Responsabilidade”; a quarta, em Ponta Delgada, de 6 a 16 de Setembro de 1965, com o tema “Conhecer para Agir”; finalmente, a quinta, em Angra do Heroísmo, de 24 a 30 de Setembro de 1966, também com o mesmo tema.



José Enes
(1924-2013)

das Juntas Gerais e eram os detentores do conhecimento dos vetores da sociedade açoriana por onde poderia circular o ímpeto transformador da sua vida social e económica.

A tarefa de agregar ao projeto os elementos mais qualificados da sociedade foi empreendida por José Enes que, no testemunho de Cunha Oliveira, nela «se mostrou diplomata de primeira água»⁶⁵. Alguns participantes, no início das suas conferências, atribuem-lhe diretamente o sucesso dos encontros⁶⁶, referindo-o também como «o principal obreiro das semanas de estudo»⁶⁷, nomeadamente na definição de temas e escolha dos conferencistas⁶⁸. Nas reportagens jornalísticas dos encontros, encontramos por vezes elogiosas alusões à sua capacidade de mo-

65 OLIVEIRA, A. da Cunha — «As semanas de estudo dos Açores — Um testemunho». Op. cit., p. 282.

66 Cf. BARBOSA, Aníbal Cymbron — «A palavra e a sua influência na educação». In: *Livro da I Semana de Estudos dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1964, p. 247; CYMBRON, Pedro — «Novos e velhos de mão dadas». In: *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1963, p. 314; PIRES, Teotónio Machado — «Palavras de encerramento». In: *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1963, p. 325.

67 ANDRADE, Manuel Linhares de — «Abertura». In: *Livro da III Semana de Estudos dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1965, p. 26.

68 Cf. SILVA, Raquel Costa e — «As cooperativas na economia açoriana». In: *Livro da III Semana de Estudos dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1965, p. 162.

derar os debates, «mantendo-os sempre em alto nível, plenos de interesse e atualidade»⁶⁹. Este empenhado envolvimento na condução dos encontros foi sublinhado no jantar promovido pelo Instituto Cultural de Ponta Delgada, em 1963, no Hotel *Terra Nostra* das Furnas, em reconhecimento da dedicação que devotou à organização do encontro da Terceira. O próprio Enes, que, entretanto, tinha já sido designado secretário permanente das Semanas de Estudo, ao agradecer a homenagem de que foi alvo, aludia à «trigança absorvente da Segunda Semana de Estudos», e endossava aos participantes das jornadas todos os méritos que amigavelmente lhe atribuíam. Na sua apreciação, os encontros tinham representado «um dos momentos mais lúcidos de autodeterminação da nossa história de portugueses insulares», mas não tomava para si os méritos do sucesso, que atribuía ao empenhamento e à competência dos participantes. O único mérito que julgava efetivamente pertencer-lhe era o de ter acreditado na capacidade de realização dos participantes: «Acreditei e, com teimosia e um pouco de sonho, procurei oferecer uma oportunidade a que esse caudal de vida irrompesse da rocha do egoísmo atarefado, que nos imobiliza, para jorrar na terra seca da indiferença ceticista, em que definhamos»⁷⁰.

Anos depois, na alocução que proferiu a 7 de junho de 1993, ao ser investido cidadão honorário do concelho de Ponta Delgada, José Enes, já distanciado da emotividade que a proximidade dos acontecimentos tornava mais viva, recordou o seu envolvimento com a sociedade da urbe micalense na organização da primeira Semana de Estudo dos Açores, que teve lugar de 3 a 8 de abril de 1961, e as diligências que empreendeu depois do seu encerramento, assunto a que voltaremos mais à frente. Na sua visão, a agenda programática dos jovens professores do Seminário de Angra, que haviam fundado o Instituto Açoriano de Cultura, em 1955, tinha um propósito latente: «visionava a integração coordenada da investigação científica sobre os Açores, estimulada e publicada pela Sociedade Afonso Chaves, o Instituto Histórico da Ilha Terceira, o Instituto Cultural de Ponta Delgada e o Núcleo Cultural da Horta»⁷¹. A ideia teria nascido da tomada de consciência da expressiva atividade que os Açores tinham conhecido, nos anos quarenta e cinquenta do século XX, no campo científico, cultural e até mesmo económico, se atendermos ao crescimento da pecuária, da pesca do atum e das respetivas indústrias de laticínios e de conservas. Todavia, recorda, a ideia havia já tomado forma mais elaborada,

69 MORAIS, Ruy-Guilherme de — «No rescaldo duma semana». *Correio dos Açores*, 7 de maio de 1963.

70 ENES, José — «Epílogo». In: *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1963, pp. 326-330.

71 ENES, José — «Discurso de agradecimento na Câmara Municipal de Ponta Delgada». In: *Portugal Atlântico*. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas, 2015, p. 297; cf. ENES, José — «A autonomia regional dos Açores e a teoria do Estado». In: *Portugal Atlântico*. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas, 2015, p. 239.

por volta de 1960, na polémica travada nos jornais *Açores*, *Diário Insular* e *A União* entre ele próprio, Carreiro da Costa e João Afonso. Foi nessa troca de ideias que, segundo Enes, «pela primeira vez na história se formulou a consciência da necessidade e da possibilidade de uma verdadeira universidade como órgão institucional do processo de culturalização da sociedade açoriana considerada como um todo societal»⁷². Em boa verdade, a ideia foi avançada por ele mesmo, ao discutir o projeto de federação dos institutos que tinha sido adiantado por João Afonso. No seu argumento, a tarefa antevia-se à partida difícil e até de alcance reduzido, dada a natureza da investigação realizada, a disponibilidade dos próprios membros dos institutos e a carência da componente formativa. Por isso, o que vislumbrava no horizonte passava ao lado da fusão dos institutos e orientava-se antes para a criação de «uma instituição dotada com a indispensável competência didática, onde se agremiassem as vocações científicas do Arquipélago»⁷³. Apontava, deste modo e de forma clara, para a necessidade de criar uma universidade que, não apenas promovesse produção científica especializada, mas também ministrasse ensino qualificado, indispensável à formação superior dos açorianos.

Os semanistas, reunidos em Angra, deixaram-se prender pelo que consideravam ser a necessidade de articular e ampliar de forma sistemática a investigação produzida nos institutos, que versava, predominantemente, temáticas das áreas da filosofia, da teologia, das artes e das letras, assim como da história e de alguns domínios da sociologia e das ciências naturais. Esqueceram completamente a crítica que Enes havia feito, três anos antes no jornal *A União*, à coordenação da investigação desenvolvida pelos institutos, na qual não só levantava reservas à sua viabilidade, mas apontava também a sua insuficiência.

A linha de pensamento que então se esboçou em Angra ficou perfeitamente documentada na entrevista que o Tenente-Coronel José Agostinho concedeu a Ruy-Guilherme de Moraes, para o *Correio dos Açores*, a 20 de abril de 1963, em que expõe pormenorizadamente o plano de federação dos institutos, que ele defendia já desde algum tempo, mas que, no entretanto, teria ganhado contornos mais precisos. O conhecido e conceituado jornalista e escritor micaelense encontrava-se em Angra do Heroísmo a cobrir as atividades da segunda Semana de Estudo e, na crónica em que reportava a intervenção do cientista terceirense, integrou também uma entrevista que este lhe concedeu, onde explicava em que termos se poderia revitalizar o «intercâmbio cultural entre as ilhas». Sem hesitação, e empolgado pelo sucesso do encontro, José

72 ENES, José — «Universidade dos Açores: fundação e perspetiva histórica». In: *Universidade dos Açores: Ideia Fundadora e Implementação*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2016, pp. 244-245.

73 ENES, José — «Problema cultural açoriano». In: *Universidade dos Açores: Ideia Fundadora e Implementação*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2016, p. 366.

Agostinho considerava o Instituto Açoriano de Cultura como sendo o organismo com condições para incrementar esse intercâmbio. Tomava por modelo inspirador a obra realizada por Ernesto do Canto e Afonso Chaves, que tinham apoiado o seu labor científico numa rede de colaboradores que se estendera a todas as ilhas do Arquipélago. Os dois micalenses haviam realizado inestimáveis recolhas que permitiram, ao primeiro, dar corpo ao *Arquivo dos Açores* e à *Biblioteca Açoriana*, «dois valiosíssimos instrumentos de trabalho para quem queira empreender qualquer atividade cultural nestas ilhas»; ao segundo, reunir elementos que deram origem ao Museu Carlos Machado «que é, e será certamente para sempre, no que toca à geologia e à história natural, não apenas um museu micalense, mas o *museu dos Açores*».

A memória dos bons frutos que esta forma de atuar tinha produzido, no último quartel do século XIX, associada ao recente sucesso alcançado pelo IAC, na organização das Semanas de Estudo, mostrava, então, a sua capacidade de saber congregar a colaboração dos estudiosos mais empenhados de todas as ilhas e acreditava-o como a entidade mais bem preparada para coordenar toda a atividade científica dos institutos das três cidades dos Açores. Fazendo também sua a proposta que, neste sentido, tinha sido adiantada na altura pelo Dr. Cândido Forjaz, avança com um conjunto de ideias para a sua organização. Em linhas gerais, o secretariado permanente das Semanas de Estudo centralizaria a coordenação da atividade científica de todos os institutos que, por sua vez, formariam um conselho diretivo e contribuiriam para as despesas da nova organização. O projeto não teve seguimento devido, certamente, entre outras ponderosas razões⁷⁴, à natureza da investigação então realizada, muito ao sabor da iniciativa individual e ao ritmo das disponibilidades de cada um. Mas a ideia acabou por não deixar morrer o sonho de uma universidade nos Açores que, de forma consistente, não apenas sustentasse a investigação científica, que alguns já consideravam indispensável ao planeamento do desenvolvimento económico e social do arquipélago, mas também contemplasse a docência que, já no artigo d'*A União*, de 1960, José Enes claramente considerava ser complemento da investigação e fator de «uma consciencialização coletiva da problemática e do dinamismo operante das estruturas sociais»⁷⁵.

74 No rescaldo da Terceira Semana de Estudo, realizada na Horta, o jornal *A Ilha*, de 11 de abril de 1964, transcreve, do jornal *A União*, a crónica de Cunha Oliveira intitulada «A parábola dos sete vimes», em que o autor defende a necessidade de coordenação da atividade cultural e económica. Lastimava que muitos lhe não dessem o devido valor, ou porque não entendessem a sua necessidade ou porque não soubessem como realizá-la, o que mostrava como o trabalho em conjunto é difícil de empreender.

75 ENES, José — «O problema cultural açoriano». In: *Universidade dos Açores: Ideia Fundadora e Implementação*, p. 366.

2. O PRIMEIRO ENSAIO

Entre as personalidades que aderiram ao projeto do núcleo inicial das Semanas de Estudo, José Enes evocou, no discurso que então proferiu na Câmara Municipal de Ponta Delgada, vários elementos «de uma geração de espíritos superiores, brilhantes e operosos, como o Tenente-Coronel José Agostinho, o Dr. Armando Côrtes-Rodrigues, o Dr. João Anglin», acrescentando ainda outros pertencentes à sua geração, como José de Almeida Pavão, Francisco Carreiro da Costa e Aníbal Cymbron Barbosa, que participaram ativamente, a maior parte deles, logo na primeira Semana de Estudo. Posteriormente, no rescaldo dos trabalhos do primeiro encontro, foram agregados outros membros provenientes dos serviços da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, «um grupo de jovens técnicos», que marcou presença no programa na segunda Semana de Estudo, assim como o médico veterinário José Leal Armas, que tinha já sido presidente da Junta Geral de Angra, entre 1953 e 1959.

Os temas da primeira Semana de Estudo revestiram um cunho predominantemente generalista, «de franco intercâmbio de cultura desinteressada»⁷⁶, conforme a percepção de um dos conferencistas, o médico José Maria de Medeiros. A maioria das preleções cumpria o propósito enunciado no lema do encontro “Diálogo entre Intelectuais Açorianos”, abordando os assuntos mais diversos, de caráter científico, filosófico, teológico, literário, e outros mais. É assim que, por exemplo, logo na conferência inaugural, Caetano Tomás apresenta uma longa exposição sobre a teoria da Relatividade de Einstein, explorando as profundas alterações que trazia à conceção mecanicista da realidade, muito ajustada à nossa visão corrente do mundo. Apoiado em exemplos bem escolhidos e num estilo cativante, marcado pela clareza e pela simplicidade, o conferencista procurou chamar a atenção para a maior precisão que a nova teoria trazia à medição dos fenómenos do mundo físico, que a Mecânica clássica reduzia a uma função de forças e massas em movimento, sem atender às circunstâncias do observador. No livro de atas, o Tenente-Coronel José Agostinho, que por razões de saúde não viajou para Ponta Delgada para proferir a conferência inaugural⁷⁷, inclui um apontamento sobre a importância da água na qualidade de vida da Terra e, em especial, no nosso organismo.

Outros enveredaram por uma linha altamente especulativa. Foi o caso do Dr. Simão Leite Bettencourt que refletiu sobre as «dominantes ocultas» da vida social, procurando compreen-

76 MEDEIROS, José Maria de — «Atualidade da higiene mental e alguns dos seus aspetos». In: *Livro da I Semana de Estudos dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1964, p. 99.

77 Cf. *Diário dos Açores*. 4 de Abril de 1961.

der algumas das «figuras invisíveis» que se escondem por detrás dos seus atores⁷⁸. A análise refletia uma curiosa visão estratificada da sociedade, com o exercício do poder a provocar o isolamento do chefe, um solitário como Deus, de quem tinha recebido diretamente o poder e «a faculdade para governar». A autoridade do chefe isolava-o dos demais e fazia crescer uma cintura protetora à sua volta, que o protegia do medo de ser agredido. O alastrar deste sentimento dava origem a uma inversão de valores, em que o mérito era substituído pelo prestígio e influência dos medíocres. Ainda dentro deste âmbito teórico, José Enes apresentou uma longa reflexão sobre as «Relações da arte com a moral» em que, depois de discutir várias concepções que pretendem ligar a arte ao belo, ao útil, à moral e aos mais diversos ideais, procurou desmistificar as concepções que atribuem uma dimensão mágica, mística ou até divina à criação das formas belas. Na sua visão, a «arte é uma atividade tão natural e humana, como vender um metro de chita ou guiar um automóvel»⁷⁹, pelo que, como todos os atos humanos que envolvem a vontade e a liberdade, se encontra sujeita à apreciação moral.

Muitas intervenções tomaram uma orientação claramente religiosa, consonante, aliás, com o mote dado no discurso de abertura proferido pelo presidente do Instituto Açoriano de Cultura, Mons. Machado Lourenço, que integrou sem reserva a linha orientadora dos trabalhos «dentro da mentalidade cristã, que forma o substrato da civilização europeia»⁸⁰. O evento tomou à partida uma tonalidade confessional e, ao mesmo tempo, a intencionalidade formativa de uma «jornada espiritual»⁸¹, como notou Aníbal Barbosa no início da sua conferência. Serve de ilustração o título «A intervenção de Deus na História», uma conferência sobre filosofia da história, bibliograficamente muito bem apoiada, bem como este outro «Cristo e a crítica moderna», que discute o tema da historicidade de Cristo e a sua natureza humana e divina. Também o sarau músico-literário apresentado no Teatro Micaelense cumpria um programa preenchido por temas musicais do mesmo teor, como *Stabat Mater*, *O vos omnes* e *Coro dos Hebreus*. Os conferencistas laicos não escapavam ao alinhamento traçado, e debruçaram-se sobre a religiosidade do Folclore Açoriano, a relação da poesia com a mística na literatura, tendo o Arq. João Rebelo desenvolvido, com apoio de projeções, um conjunto de tópicos sobre

78 BETTENCOURT, Simão Leite — «As dominantes ocultas das relações sociais». In: *Livro da I Semana de Estudos dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1964, pp. 225-243.

79 ENES, José — «As relações da arte com a moral». In: *Livro da I Semana de Estudos dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1964, p. 188.

80 LOURENÇO, José Machado — «Discurso de abertura». In: *Livro da I Semana de Estudos dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1964, p. 2.

81 BARBOSA, Aníbal Cymbron — «A palavra e a sua influência na educação». In: *Livro da I Semana de Estudos dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1964, p. 248.

a arquitetura religiosa no mundo e em Portugal, enaltecendo várias medidas tomadas no Patriarcado de Lisboa e o papel das comissões diocesanas de arte sacra.

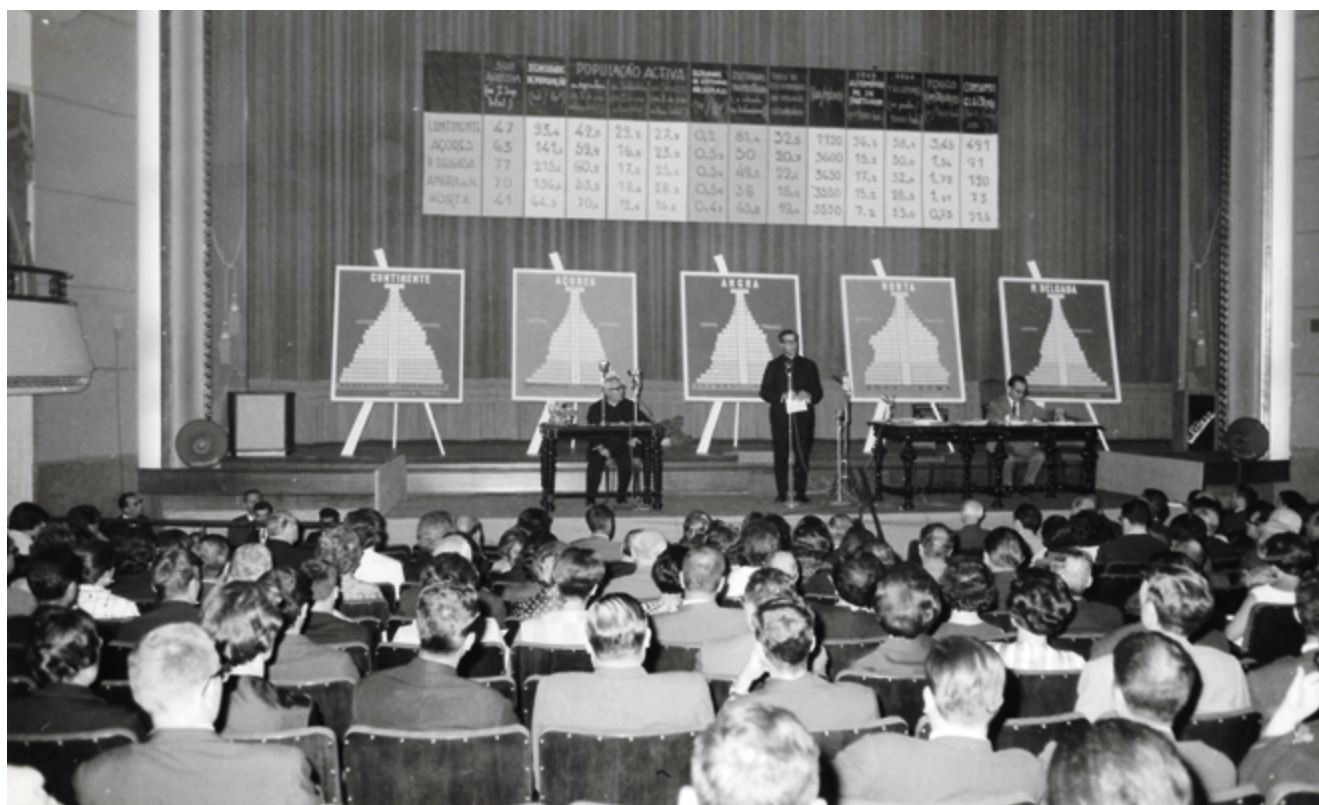
Finalmente, duas preleções incidiram em questões de educação e saúde, mas mesmo assim para analisar, no primeiro caso, a teoria da localização cerebral da fala descoberta por Brocca, passando depois ao desenvolvimento da linguagem na criança e acabando por se focar na prodigiosa história de Helen Keller, como exemplo de um difícil caminho de superação. O outro caso centrou a atenção na importância de uma política de saúde mental, destacando o seu papel preventivo no desenvolvimento da criança e na orientação vocacional dos jovens para a sua formação profissional. O ângulo de incidência destas duas intervenções mostrou afastamento das temáticas religiosas, todavia, nem por isso conseguiu incidir na especificidade açoriana. Apresentaram uma visão geral dos temas, em que é justo destacar a preocupação de os relacionar com a temática do desenvolvimento individual da criança e a situação concreta da educação escolar dos jovens.

3. A VIRAGEM

O final do livro de atas da primeira Semana de Estudo encerra com a avaliação do evento em seis pontos, onde, curiosamente, apenas são mencionados os temas que de algum modo se relacionam com a capacidade de intervir em sectores específicos da sociedade açoriana. São assim postos em evidência as carências que se faziam sentir nos domínios da educação e saúde mental, assim como os estudos de etnografia e de folclore. Incluía ainda um apelo a várias entidades educativas e culturais, locais e nacionais, para a importância dessas temáticas e a necessidade de «intensificar e extensificar o estudo de determinados aspetos da educação e da cultura insular», com o apoio de recursos especializados, inexistentes na região, que assegurassem «um melhor conhecimento acerca da idiossincrasia do Povo Açoriano»⁸².

As Semanas de Estudo estavam à procura do seu verdadeiro rumo, e este não passaria, certamente, pela insistência em temáticas de teor erudito e especulativo, mas envolviam antes a aposta na análise da realidade concreta da sociedade açoriana e na procura de pistas que permitissem projetar a sua desejada transformação. É neste contexto que entra em cena «um grupo de jovens técnicos» da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, que José Enes identificou como sendo constituído pelos engenheiros Deodato Magalhães, Vaz do Rego, Eduardo

82 «Conclusões». In: *Livro da I Semana de Estudos dos Açores*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1964, p. 263.



IV Semana de Estudo,
em Ponta Delgada

Moura, Augusto Cymbron e pelo arquiteto João Rebelo, e que irão introduzir no programa dos encontros a abordagem de temas centrados no desenvolvimento regional⁸³.

Após o encerramento da primeira Semana de Estudo, Enes permaneceu em Ponta Delgada e fez uma aproximação a esse grupo que se encontrava ligado, através do Eng. Luís Soares Machado, à associação de inspiração católica *Economie et Humanisme* e à sua organização *L'aménagement du territoire*, fundada em Marselha, em 1941, pelo dominicano Louis-Joseph Lebret, economista de formação. A associação propunha-se orientar a atividade económica em conformidade com a doutrina social da Igreja, e os seus membros encaravam a economia

83 ENES, José — «Discurso de agradecimento na Câmara Municipal de Ponta Delgada». In: *Portugal Atlântico*. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas, 2015, p. 298.

numa perspetiva aplicada. Cultivavam uma estreita articulação entre investigação e ação, o que conferia ao movimento uma linha de orientação de feição progressista que poderá explicar a sua expansão na América Latina e também em África, para além de uma certa irradiação que conheceu na Europa. O compromisso da economia na defesa e promoção da justiça social orientava os membros desse movimento para os problemas que brotavam da vida das pessoas concretas, o que os chamava a conferir particular relevo à troca de ideias e ao trabalho de equipa, ambos indispensáveis à planificação da sua atuação.

Ao reconstruir a memória histórica desses tempos, José Enes recupera o papel decisivo que esse grupo exerceu na reorientação do programa das Semanas de Estudo, considerando que a ele se deveu a sua transformação num fórum orientado para a «preparação do desenvolvimento regional». Lembra ainda o papel do Eng. Pedro Cymbron, então presidente da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada, na liderança da organização *Habitat*, criada com «o objetivo de, em cooperação com *L'aménagement du territoire*, proporcionar a formação de técnicos açorianos nos problemas e métodos do desenvolvimento regional». Evoca, de seguida, a missão que lhe foi conferida de estender a organização a Angra e Horta, criando nessas cidades os respetivos núcleos. Foi desta forma que, escreve a concluir, «se fez a viragem para o planeamento regional que orientou as três semanas subsequentes»⁸⁴.

O programa da segunda Semana de Estudo não se limitou já ao desfilar de conferências eruditas e a dar palco a debates para o exercício da destreza argumentativa. Como sublinhou, nas palavras de abertura, o secretário do evento, a «intenção que nos trouxe a esta sala foi a procura da verdade concreta a nosso respeito como homens concretos e como cidadãos duma sociedade concreta e a procura dos meios mais eficazes para sobre ela realizar a nossa existência»⁸⁵.

Entre as organizações que se fizeram representar nas sessões da segunda Semana de Estudo, encontramos a Fundação Calouste Gulbenkian e o seu Gabinete de Economia Agrária, assim como a Junta de Colonização Interna, com dois engenheiros agrónomos, o jorgense José Correia da Cunha e o continental António Cortez de Lobão. Este último abordou o tema do desenvolvimento agrário, começando por precisar o significado do conceito de “desenvolvimento”, apoiado na conceção de Lebrete que o associava à ideia de uma «economia humana». Em lugar de compreender a noção ao nível global de um progresso nacional ou civilizacional, centra a atenção na humanização de uma dada população pela ajuda que lhe é proporcionada para, em ritmo rápido, «a obtenção de um nível de alimentação sem carências, a redução das

84 *Ibidem*.

85 ENES, José — «Mais saber para melhor viver». In: *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1963, pp. 15-16.

‘doenças de massa’, a abertura intelectual progressiva a problemas cada vez mais largos, a aprendizagem da liberdade e da responsabilidade, a formação das condições de vida coletiva pelas quais as relações humanas se tornam mais fraternais»⁸⁶. A partir destes pressupostos, entra, em primeiro lugar, na análise do que denomina por fatores estruturais que propiciam ou impedem o desenvolvimento, passando depois a considerar os fatores de crescimento. As primeiras variáveis, as condições estruturais, reportam-se à geografia de uma região, vias de comunicação, regime de propriedade, quadro legislativo, nível de instrução da população. Estes fatores, enunciados de forma esquemática, determinam os segundos, os que se relacionam com o crescimento, condicionando o seu ritmo de propagação ou multiplicação. As resistências que os fatores de crescimento enfrentam acabam por gerar desequilíbrios que, por sua vez, são também geradores de dualismos vários entre regiões, sectores de atividade, grupos sociais, blocos de nações e até de continentes. Porque os mais prósperos atraem pessoas e capitais e provocam empobrecimento nos restantes territórios, «a política de desenvolvimento regional deverá esforçar-se por suscitar o aparecimento de novos núcleos, bem localizados, de irradiação, ou reanimar os antigos por forma a criar fontes de vida económica que se interfiram e fecundem mutuamente»⁸⁷. Simultaneamente, a formação e a informação são peças fundamentais do planeamento económico para que a população se torne ciente dos seus próprios problemas e possa tomar as decisões mais vantajosas. Detém-se depois na apresentação de casos concretos que exemplificam como algumas resistências estruturais puderam ser vencidas, contra outros casos em que o menosprezo dessas resistências comprometeu o esforço empreendido.

Da ilha de S. Miguel, o engenheiro agrónomo Vaz do Rego trata o tema da planificação agrícola nos Açores, um sector que considera dever ser articulado por três grandes fatores, que enuncia como sendo a exigência de «uma crescente produtividade da terra, do trabalho e do capital»⁸⁸. O principal indicador de progresso económico e social que então se já vivia em alguns países era assinalado pela baixa percentagem da sua população ativa empregada na agricultura. Esta tendência mostrava sem ilusões o fim de vida da “velha agricultura”, predominante nos Açores, e a necessidade de tomar medidas para debelar os efeitos dessas alterações. Seria, pois, imperioso encarar de frente a urgência de um planeamento regional para, por meio de

86 LOBÃO, A. Cortez de — «Problemas do desenvolvimento do sector agrícola». In: *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1963, p. 241.

87 *Ibidem*, p. 247.

88 REGO, Luís Guilherme Vaz do — «Perspetivas de planificação agrícola nos Açores». In: *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1963, p. 262.

métodos de estudo e técnicas especializadas, ajudar as populações a equacionar e esclarecer os assuntos em discussão. Para o conferencista, a redução da população agrícola reclamava um adequado planeamento económico regional que contemplasse ou um processo de industrialização, que absorvesse a mão-de-obra excedentária, ou um programa de emigração controlada e protegida. Vaz do Rego inclinava-se para a primeira solução e discutia exemplos e modelos de boas práticas, como hoje se diz, para alterar a imperiosa transformação a que se via forçada a nossa economia agrária. Como dizia, em jeito de alerta: «Não está nas nossas mãos deter a corrente do progresso; inútil será fechar os olhos para não ver, tapar os ouvidos para não ouvir; parar, na ilusão de que não seremos empurrados, arrastados, vencidos por essa corrente impetuosa»⁸⁹. E a análise continuava, estimulante, abordando vários temas, em que destaque este da necessidade do planeamento regional criar «a consciência da economia conjunta do Arquipélago, no sentido geográfico e no complexo das várias produções»⁹⁰, antecipando, desta forma, a necessidade da criação do que hoje se considera uma marca Açores que centrasse a concorrência não entre as ilhas, mas com os mercados consumidores. A exposição continuava, com exemplos, dados estatísticos sobre a produção agrícola regional, a ponderação das culturas mais vantajosas e a insistência na ideia de que os Açores formavam «insofismavelmente uma única região agrícola»⁹¹. Tomava também como seu o que sobre o assunto já tinha escrito o seu colega Arlindo Cabral, que considerava a divisão distrital das ilhas uma opção decorrente apenas de fatores de natureza geográfica e política, já que do ponto de vista agrícola as diferenças são maiores «dentro da mesma ilha do que de ilha para ilha e, sem dúvida, que não há maior harmonia entre as ilhas de cada distrito do que entre as de distritos diferentes».

Ainda sobre o tema do planeamento agrícola regional, entrevistaram dois engenheiros agrónomos que seguiram um rumo mais orientado para o levantamento da situação agrícola dos Açores e para uma proposta de organização da economia agrária. José da Silva Duarte apresentou um inventário das principais culturas agrícolas, defendendo a importância de as regiões investirem no cultivo de «espécies perfeitamente adaptadas ao condicionalismo local»⁹², designadamente a acidez dos terrenos, própria da origem vulcânica das ilhas. De expressiva importância seria o sector industrial ligado à laboração de produtos vitícolas e pecuários, que pareciam possuir maiores garantias futuras, carecendo, todavia, de apuramento qualita-

89 *Ibidem*, p. 266.

90 *Ibidem*.

91 *Ibidem*, p. 274.

92 DUARTE, José da Silva — «Algumas diretrizes para um planeamento agrícola regional». In: *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1963, p. 288.

tivo e garantia de colocação no mercado exterior. Sugeriu para o efeito uma maior integração económica dos Açores na orgânica nacional para que a comercialização dos nossos produtos acrescentasse o devido valor ao esforço produtivo. A engenheira agrónoma Raquel Costa e Silva trouxe para o debate o cooperativismo como fator do desenvolvimento agrícola. A autora lembrou que as iniciativas açorianas neste campo remontavam a 1917, nas Feteiras e Ribeirinha, na ilha Terceira, e defendeu que as exigências com que se defrontava o desenvolvimento agrário não podiam ser satisfeitas sem contemplar a possibilidade da criação de estruturas organizadas e dirigidas a partir das suas bases, conforme era amplamente reconhecido por incontestáveis autoridades, em que a autora procura apoio, como se desejasse prevenir possíveis mal-entendidos. Falou ainda da importância da educação dos jovens e, em particular, das mulheres, capacitando-as a participar na gestão empresarial.

Também a conferência do Dr. Leal Armas tomou os Açores por tema de análise, mais especificamente a agropecuária. Sublinhou a necessidade de um plano de fomento para o sector, que fosse «não só de carácter indicativo, mas também imperativo»⁹³, e apresentou um levantamento do estado da lavoura nos três distritos açorianos. A partir de uma ordenada quantificação de dados referentes ao efetivo de animais, proprietários, rebanhos, espécies de culturas por área agrícola cultivada, rendimento médio das explorações, desenvolveu uma análise crítica bem informada. Ao mesmo tempo, apontava a linha de rumo a seguir, a qual deveria contar com um «controlo da reprodução, da alimentação e das produções animais e com uma vulgarização e assistência técnicas cada vez melhores e com uma boa organização de mercados». Tornar-se-ia assim possível, conclui, «orientar a nossa pecuária para rendimentos muito superiores»⁹⁴. Todavia, a exposição não deixou de apontar as dificuldades que asfixiavam o sector, como as «grandes despesas e dificuldades de comercialização, os contratos anuais de arrendamento, a falta de uma coordenação económica global»⁹⁵, tudo isto a reclamar estudos que dessem sustentação às prementes reformas estruturais que muitos apontavam como indispensáveis, mas que exigiam o apoio do Estado. A falta de meios de que padeciam as Juntas Gerais limitava as suas iniciativas, pois, argumentava o conferencista, se «é certo que os Açores realmente gozam de autonomia também não é menos verdade que essa autonomia não passa de uma simples descentralização administrativa»⁹⁶. Devemos mencionar, neste contexto, a conferência profe-

93 ARMAS, José Leal — «A propósito de fomento pecuário nos Açores». In: *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1963, pp. 295-296.

94 *Ibidem*, p. 307.

95 *Ibidem*, p. 304.

96 *Ibidem*, p. 298.

rida por Correia da Cunha, que apresentou uma extensa caracterização de todas as ilhas, com base num levantamento da sua geografia, clima, ocupação do solo, tipologia da construção habitacional, ocupação da população ativa, variação populacional pelo período de um século, até 1960, e percentagem de áreas de cultivo dos solos.

Algumas das conferências da segunda Semana de Estudo reincidiram em temáticas de índole científica, filosófica e cultural, outras fizeram um esforço considerável de aproximação à nova linha iniciada nesta segunda edição das Semanas de Estudo. Dentro desta orientação, o Tenente-Coronel José Agostinho abordou as dominantes histórico-sociais do povo açoriano. Identificou certas características, explicáveis por transmissão a partir da origem dos povoadores e pelo clima, mas também pelos efeitos provocados pela emigração e por alguns acontecimentos que foram, ao longo da história, fonte de perturbação que afetou a população. Cunha Oliveira apresentou uma muito curiosa caracterização do que denominou de “meio açoriano”, confrontando, dizia então, «o que hoje somos com o que éramos até aqui há uns trinta ou cinquenta anos»⁹⁷. Numa apurada análise de recorte sociológico, procurou mostrar como pressões sociais de variada ordem, em particular trazidas por agentes militares no contexto da Segunda Grande Guerra, alteraram profundamente tanto a mentalidade, como os nossos ancestrais usos e costumes. «Isolados durante muito tempo, apenas sujeitos ao contato do mundo exterior por raras pessoas que imigravam e pelos que emigravam, por quem se deslocava à metrópole ou ao estrangeiro por razões de vida ou de estudo, por alguns jornais e livros, sem novas formas de vida económica e social, viveram durante quase cinco séculos os Açorianos, enclausurados nestas ilhas, muitos havendo que em toda a existência não saíram delas, nem sequer da sua própria e até, da freguesia natal»⁹⁸.

Com recurso a dados estatísticos, apresentou gráficos que mostravam como o movimento marítimo de passageiros, nos portos das três cidades do Arquipélago, se alterou consideravelmente entre os anos trinta e sessenta do século XX. Entre os anos cinquenta e sessenta, mais que havia duplicado o número de passageiros embarcados e desembarcados. O mesmo fenómeno aconteceu nos transportes públicos motorizados que tornaram mais fáceis e frequentes os convívios, as trocas comerciais, a assistência técnica e sanitária às explorações agrícolas e o intercâmbio cultural. A frequência do ensino secundário e técnico conheceu o mesmo incremento, pois abriu aos jovens perspetivas profissionais diferentes da dos pais e familiares. Completou este levantamento um gráfico com o consumo de energia elétrica para uso doméstico e indus-

97 OLIVEIRA, A. da Cunha — «As dominantes atuais do meio açoriano». In: *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1963, p. 168.

98 *Ibidem*, p. 182.

trial, assim como alguns dados sobre aparelhos de rádio registados nos Açores, número de salas de cinema, assim como de sessões e espectadores, aspetos que tinham contribuído muito para alterar, em poucos anos, a mundividência do povo açoriano em todas as ilhas.

Uma referência ainda, para terminar, ao trabalho apresentado por Francisco Carmo «Planificação económica e incidências humanas» que, apesar de não entrar na apreciação da realidade açoriana, trouxe ferramentas e sugestões importantes para a sua análise. Optando por se situar num patamar teórico, propôs-se esclarecer vários conceitos operativos no domínio da sociologia. Começou por se deter no conceito de “desenvolvimento”, apresentando-o numa dimensão humanista, inspirada em Louis-Joseph Lebret e na *Mater et Magistra*, de João XXIII. Passou depois ao conceito de “planificação”, salientando a importância dos fins para a sua determinação, discutindo ainda, entre outros temas, a sua relação com a salvaguarda da liberdade e sublinhando o seu valor na vida associada, ao potenciar uma «rede densa de relações, humanas convergentes, marcadas pelo esquema do plano»⁹⁹. Por último, analisou o conceito de “produtividade” e referiu a importância da educação e da formação para vencer as inércias instaladas.

*

As Semanas de Estudo começaram por ser um encontro de sábios que discorriam, longamente e com eloquência, sobre os mais diversos temas de ciência, de filosofia e de cultura em geral, tendo também posto a circular o novo vocábulo “semanistas”, utilizado como distintivo dos que participavam nos eventos. Porém, cedo mudaram a rota e encontraram o seu auspicioso caminho, muito pelo envolvimento de um grupo qualificado de jovens quadros superiores da administração pública, que encaravam a preocupação de pensar o desenvolvimento dos Açores. Os eventos subsequentes à primeira realização seguiram uma direção nova, logo a partir da segunda Semana de Estudo, que tomou os Açores como tema central de análise e debate. Uma atenção especial passou a ser dispensada à agropecuária, um tema que tomou conta do encontro seguinte, que se realizou na Horta, que também concedeu grande realce ao tratamento das políticas agrícolas de desenvolvimento, ao associativismo comunitário e ao cooperativismo. Entrava-se assim no domínio da mobilização das bases, em especial dos agricultores/produtores, e apontava-se para uma nova forma de organização social e económica. Paralelamente, alguns conferencistas vincaram abertamente a ideia da unidade do arquipé-

⁹⁹ CARMO, Francisco — «Planificação económica e incidências humanas». In: *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1963, p. 221.



V Semana de Estudo, em Angra

lago, não numa perspetiva romântica, mas como região de interesses comuns, e definiram vetores de atuação, argumentando com base em dados estatísticos e reportando exemplos internacionais inspiradores. O movimento teria também sido o principal promotor do levantamento das estatísticas económicas do Arquipélago, que, em 1964, se encontravam «prontas a serem interpretadas e utilizadas»¹⁰⁰. Por essa altura, o então Ministro da Economia, Professor Teixeira Pinto, encarregou Enes de organizar e presidir à primeira Comissão Promotora do Desenvolvimento Regional dos Açores, que elaborou o primeiro anteprojeto do Planeamento Regional dos Açores.

As Semanas de Estudo receberam diversos apoios de instituições locais e também a colaboração do Instituto Nacional de Investigação Industrial, da Junta de Colonização Interna e do

100 Cf. ENES, José — «Discurso de agradecimento na Câmara Municipal de Ponta Delgada». In: *Portugal Atlântico*. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas, 2015, p. 298.

Gabinete de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian¹⁰¹. A cooperação destas prestigiadas instituições tornou possível, na quarta Semana de Estudo, realizada em Ponta Delgada, em 1965, bem como na que se seguiu em Angra, ampliar os temas tratados que, além da agropecuária, incluíram a silvicultura, a pesca, o urbanismo, a indústria, o património e a energia. A participação externa de qualificadas personalidades, como Xavier Pintado, Rogério Martins, Adérito Sedas Nunes, trouxe aos eventos um apreciável enquadramento nacional.

Elementos destacados da oposição democrática marcaram presença na quarta Semana de Estudo que se realizou em Ponta Delgada. O *Correio dos Açores*, na cobertura que fez do evento, em cinco colunas da primeira página do jornal, não só apresentava as conferências que eram pronunciadas, como identificava as personalidades da assistência — os semanistas — que intervinham no debate. Entre as questões levantadas, registou a formulada por Melo Antunes que, a propósito do tema do planeamento regional exposto pelo Eng. Deodato Magalhães, quis saber como ficaria contemplada a vontade das populações¹⁰². A vigilância exercida pela polícia política fez-se sentir e as pressões foram subindo de tom: a quinta Semana de Estudo esteve mesmo sob a ameaça de ser suspensa¹⁰³. Depois dela, como reconhece Cunha Oliveira no «Testemunho» a que temos aludido, «nunca mais pudemos realizar qualquer Semana de Estudo». Posteriormente, as alterações políticas que conduziram o Professor Marcelo Caetano a presidente do conselho acabaram por esvaziar este modelo de intervenção e deram origem, em 1969, à Comissão Regional de Planeamento dos Açores. O Professor José Enes encontrava-se já em Lisboa, ao serviço da Universidade Católica, mas integrou essa comissão, constituída pelas Juntas Gerais dos três distritos dos Açores, tendo colaborado na redação do respetivo relatório que foi publicado pela Junta de Colonização Interna com o título: *A Agricultura Açoriana — Realidades e Perspetivas*.

*

O movimento criou uma corrente de unidade do arquipélago que se propagou a partir das intervenções dos principais responsáveis e de alguns conferencistas e participantes. Mas também a imprensa não se cansava de apresentar a iniciativa das Semanas de Estudo como um

101 Cf. ENES, José — «A autonomia regional dos Açores e a teoria do Estado». In: *Portugal Atlântico*. Lajes do Pico: Companhia das Ilhas, 2015, pp. 239-240.

102 Cf. *Correio dos Açores*. 6 de setembro de 1965.

103 Cf. OLIVEIRA, A. da Cunha — «As semanas de estudo dos Açores — Um testemunho». *Povos e Culturas*. Número especial: «Os Católicos e o 25 de Abril». Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, CEPCEP, 2014, p. 283.

evento que reunia «gente de todas as ilhas e de todas as categorias (...), num abraço fraterno de povos irmãos» para tratar de «problemas de que todos os Açores estão interessados»¹⁰⁴. Por sua vez, o codiretor do vespertino micaelense, Dr. Manuel Carreiro, transcrevia no seu jornal o depoimento que, a pedido da “Comissão de Propaganda das Semanas de Estudo”, tinha sido publicado no *Diário Insular*. Reconhece a iniciativa como uma «oportunidade excelente para analisarmos, com objetividade e proveito, alguns dos mais cruciais problemas económicos e sociais dos Açores», indicando a agricultura como sector a carecer de importantes reformas e apontando a necessidade de clarificar o processo da integração económica dos Açores no espaço português. Todavia, não deixa de olhar também para as Semanas de Estudo como «um frutuoso convívio entre todos os Açorianos», indispensável para que «nos conheçamos melhor e procuremos resolver um conjunto de problemas que interessam ao Arquipélago». Só desta forma, «de mãos dadas, olhando-nos de frente (...), poderemos dar ao Arquipélago aquela coesão e força anímica de que tanto carece para que mais se valorize e prestigie». E, jogando com o estereótipo de muitos continentais, que se referiam os Açores como sendo uma ilha, não se inibe de exortar todos a transformar em uma «realidade sentimental e afetiva — uma só ilha, uma só família, uma só vontade — essa confusão de tanto ignorante que tem dado aos Açores a vaga e imprecisa de *A Ilha*. Miragem?! Utopia?! Se todos quisermos, este empolgante sonho poderá vir a ser uma verdade magnífica»¹⁰⁵.

Manuel Carreiro, a par da euforia arrebatada destas suas considerações, não deixou de orientar o olhar para a urgência de «reformatar processos rotineiros», de investir na agricultura e na pecuária e de reclamar uma maior participação dos Açores na reforma económica que então estava sendo desenhada. Mostrava assim um avanço em relação a Côrtes-Rodrigues que, em depoimento feito também a pedido da comissão de propaganda, encarava a construção da unidade dos Açores a partir de um ângulo espiritual. Nesta mesma linha poderemos situar a posição de José Agostinho que, na entrevista atrás referida, abordava o tema da unidade dos Açores, apenas na perspectiva da «revitalização de um intercâmbio cultural entre as ilhas». Todas essas posições se apresentavam bem diferentes das intervenções proferidas pelos elementos ligados ao sector técnico, que argumentavam a favor da unidade dos Açores, mas a partir da identificação de interesses comuns, da definição de vetores de atuação, da utilização de dados estatísticos e da apresentação de exemplos estrangeiros que poderiam servir de modelo. Além de apelos à boa vontade dos participantes e até mesmo ao

104 BARBOSA, M. F. Tavares — «Da Ilha Lilás. Confraternização Açoriana». *Diário dos Açores*, 23 de março de 1963.

105 CARREIRO, Manuel — «As entrevistas da II Semana de Estudos. Para um frutuoso convívio entre todos os açorianos». *Diário dos Açores*, 3 de abril de 1963.

voluntarismo dos mais empenhados, o problema mostrava a apertada interferência de outros domínios que não estariam sob controlo das instituições locais.

O médico-veterinário Leal Armas, que tinha sido num passado recente presidente da Junta Geral do Distrito de Angra do Heroísmo, ao aludir a carência de estudos que orientassem o investimento no sector agropecuário, não deixou de admitir a falta de meios que permitissem equipar os serviços para realizar esse trabalho. Os Açores não dispunham de capacidade institucional para definir as suas prioridades: dependiam em tudo das decisões e dotações estabelecidas por Lisboa, pelo que a nossa autonomia de então, avançava Leal Armas, «não passa de uma simples descentralização administrativa». Vislumbrava-se, deste jeito, o plano em que se poderia equacionar os problemas do desenvolvimento e das reformas de que os Açores precisavam. Além dos contornos afetivos e emotivos, apontava-se, com subtileza, para uma solução política que o regime autonómico veio depois a tornar possível. A alteração da ordem política operada pelo 25 de Abril abriu caminho à criação da Região Autónoma dos Açores, com órgãos de governo próprio que puderam então articular o planeamento do desenvolvimento regional numa perspetiva integral. Na mesma altura, a criação da Universidade não apenas trouxe à população açoriana e até continental uma diversificada oferta formativa, como também promoveu a investigação de forma coordenada, desenvolvendo setores que aprofundaram o conhecimento e a gestão dos recursos da Região, numa dimensão que logrou alcançar expressão nacional e internacional.

A Autonomia Regional não foi fruto, nem verde nem maduro, das Semanas de Estudo, mas estas terão feito, certamente, o levantamento de carências e apontado para ideais que não deixaram de marcar os principais pontos do difícil sucesso da Autonomia: unidade dos Açores, identificação de prioridades, autogestão de recursos, desenvolvimento.